

Constituinte/Ordem Econômica

A disputa dos "lobbies" pela distribuição dos produtos de petróleo

por Sérgio Garschagen de Brasília

Uma sigla, desconhecida para a grande maioria do povo brasileiro, foi muito discutida nesta semana pelos constituintes: TRR.

Não se trata de nenhum partido político em formação e significa apenas transportadores revendedores e retalhistas, uma categoria de quinhentos profissionais — muitos empregados de empresas distribuidoras de petróleo — que há anos distribui diesel, querosene e óleo combustível a pequenos consumidores (até 20 mil litros mensais) de todo o País.

Nas últimas semanas, os TRR formaram um dos "lobbies" mais atuantes na Assembleia Nacional Constituinte, em defesa da maior participação da iniciativa privada no fornecimento de derivados de petróleo. O que eles pretendiam era abocanhar uma fatia de 30% dos derivados atualmente entregues pelas distribuidoras nacionais e multinacionais, em um mercado que, segundo o deputado paraense Max Rosenmann, movimenta US\$ 18 bilhões por ano.

Os retalhistas são responsáveis hoje por 6 a 7% da distribuição desses três derivados, o que representa 2,5 bilhões de litros anuais.

Com a decisão de ontem do plenário em rejeitar o artigo 207 da ordem econômica e financeira, cujo inciso V garantia a distribuição dos derivados a empresas privadas constituídas e sediadas no País, com maioria de capital nacional — ou seja, mantendo intacta a atual estrutura da distribuição —, os retalhistas não conseguiram êxito.

A decisão agradou tanto a setores que ardorosamente defendem a participação do capital estrangeiro quanto a setores da esquerda que derrubaram uma emenda do deputado Rosenmann, que garantia prioridade de distribuição a empresas de capital nacional, mantendo-se o princípio da livre iniciativa. Para Rosenmann, a expressão livre iniciativa asustou os setores estatizantes, que querem ver a distribuição sendo realizada no futuro somente pela Petrobras Distribuidora.

Rosenmann, que se transformou sem querer no porta-voz dos retalhistas, afirma que o projeto aprovado ontem mantém as distribuidoras nacionais e estrangeiras como "as campeãs do open". Elas competem os derivados com prazo de dezesseis dias para pagar e revendem, como lucro de 4% aos postos e grandes consumidores, com apenas dois dias de prazo.

"CARTÓRIO"

Alvaro Faria, presidente do Sindicato Nacional dos TRR, considera que a distribuição é hoje um "cartório" das multinacionais. Ele usa a denominação com nítida intenção de desenvolver as críticas com que os defensores da livre participação do capital estrangeiro no País brindam os segmentos nacionalistas, chamados de "cartoriais" também, por quererem reserva de mercado. Faria reclama da determinação

custo diferencial do transporte entre as diversas regiões do País, nos municípios mais distantes das distribuidoras o preço adicional do frete será automaticamente repassado ao consumidor. Hoje, o CNP possui um fundo formado com os recursos desse imposto de 3%, incidente na comercialização. Esses recursos servem para a entidade cobrir os custos dos transportes, equalizando proporcionalmente a despesa dos fretes e os preços em nível de revenda. O presidente do CNP não vê outro meio de manter essa uniformização.

Os contratos de risco, hoje

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A sessão de hoje do Constituinte, marcada para às 9 horas, será iniciada com a apreciação de emendas referentes aos contratos de risco. Embora a sua proibição tenha sido aprovada ontem, existem propostas permitindo exceções.

Ontem, os constituintes celebraram um acordo que deixou para o lei sobre a ordenação dos transportes aéreos, terrestres e marítimos. Também será por lei que se definirá a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira brasileira, além da fixação do próprio conceito de armador brasileiro. Esse acordo deve ser votado hoje.

Dependendo do ritmo das votações, os constituintes poderão apreciar a fusão de emendas que dão às microempresas tratamento diferenciado através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias.

existente de que qualquer consumidor, ao ultrapassar um consumo superior a 20 mil litros mensais, deva ser servido pelas distribuidoras e não pelos retalhistas.

Os retalhistas acompanharam as votações no lado esquerdo das galerias. Do outro lado, o vice-presidente da Shell, Omar Carneiro, que em nenhum momento acreditava numa derrota das empresas de distribuição multinacionais, "há setenta anos no País", se manifestava também contrário à estatização da exploração de minérios, lembrando que "as empresas estrangeiras detêm 30 a 35% das áreas de exploração e 65% dos investimentos".

CRÍTICAS
Ao lado, o vice-presidente da Atlantic, Ary Macedo, criticava com mais contundência a pretensão dos retalhistas em aumentar a participação no bolo distributivo de derivados: "Uma grande empresa de transporte aéreo precisa adquirir o combustível para as suas aeronaves das grandes distribuidoras para conhecer a sua boa origem. Quem teria confiança em voar de avião caso desconfiasse da qualidade do combustível usado?". Sem se referir abertamente ao assunto, na crítica estava claro o episódio de mistura de querosene, em gasolinas distribuídas em alguns pontos do País, ocorrido há algumas semanas e que ganhou o noticiário dos jornais.

A Federação Nacional dos Combustíveis (Fecombustível), que representa os pontos de gasolina, não apoiou o Sindicato dos TRR, também filiados a esta Federação. Para Faria, o presidente da Fecombustível é proprietário de quinze pontos de bandeira Shell. Mas, segundo o vice-presidente da Shell, há um receio dos postos de gasolina de que os retalhistas acabem concorrendo com eles, caso tenham maior volume de combustível para distribuir.

CNP prevê aumentos dos preços como consequência

por Edson Beú de Brasília

O presidente do CNP, general Roberto França Domingues, alerta que, se a legislação tributária aprovada pela Constituinte não sofrer algumas revisões no segundo turno de votação, desorganizará completamente o sistema de preços dos combustíveis no País. Por exemplo: segundo seus cálculos, o gás de cozinha ficaria 20% mais caro e o preço do litro do óleo diesel em Curitiba seria cerca de 30% superior ao que é praticado na região Sudeste. Por isso, França Domingues assinala com uma ponta de ironia: "Eles (referindo-se aos constituintes) tiveram a melhor das intenções", quando aprovaram a proposta em plenário, "mas a efetivação dela vai causar inúmeros problemas, com prejuízos para os consumidores, principalmente".

A extinção dos impostos únicos, a variação dos índices do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS), associada à criação do Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), alerta França Domingues, possibilitam o risco de o preço dos combustíveis ser diferente em cada um dos municípios brasileiros. Não apenas porque o índice do ICMS pode variar nos estados, mas, também, explica, porque, com a inexistência do imposto único sobre os combustíveis, que cobria o

Nacionalizada a mineração em todo o País

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Constituinte tomou ontem duas importantes decisões em relação ao capital estrangeiro: nacionalizou a mineração em todo o território nacional e permitiu que empresas estrangeiras continuem a distribuir derivados de petróleo.

Ainda não há decisão final sobre a proibição dos contratos de risco. Pelo acordo celebrado antontem entre as lideranças partidárias e suprapartidárias, esses contratos seriam proibidos, à exceção daqueles já firmados com a Petrobras. Na sessão de ontem, o acordo foi aprovado. Porém, existem emendas a serem apresentadas ao texto. Uma delas é a do deputado Aécio Neves (PMDB-MG), que permite a exploração por empresas estrangeiras desde que aprovada pelo Congresso Nacional ou quando haja reciprocidade, isto é, quando se tratar de empresa em cujo país de origem alguma empresa brasileira explore efetivamente essas atividades. A questão deve ser definida na sessão de hoje da Constituinte.

A nacionalização da exploração mineral não significa a imediata retirada do capital estrangeiro que atua no setor. Deverá ser apresentada uma emenda, que constará das disposições transitórias da futura Constituição, dispondo que as empresas estrangeiras

Estrangeiros já detêm 401 mil quilômetros quadrados do subsolo

por Vera Brandimarte de São Paulo

Nos próximos cinco anos, os grupos estrangeiros que controlam cerca de 38% do total das áreas bloqueadas por concessão de lavras ou alvarás de pesquisas minerais terão de adaptar-se à nova legislação aprovada ontem pela Assembleia Nacional Constituinte.

Esses grupos de capital estrangeiro, segundo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto "Quem é Quem no Subsolo Brasileiro", controlavam, até outubro de 1986, uma área de 401,7 mil quilômetros quadrados do subsolo do País.

Embora a legislação em vigor procurasse limitar o acesso desses grupos à exploração das reservas minerais, fixando um número máximo de cinquenta direitos de lavra por pessoa jurídica, tal determinação acabou sendo burlada através da criação de subsidiá-

rias integrals de reduzido capital. Essa saída, por sinal, foi utilizada também pelos grandes grupos nacionais.

Assim, segundo o levantamento do CNPq, a British Petroleum/Brascan, juntamente com o grupo Anglo-American, detinham, em finais de 1986, 61% do total de quilômetros quadrados controlados pelos grupos estrangeiros. O grupo British Petroleum, britânico, associado ao grupo canadense Brascan, conseguiu concessões de lavra ou alvarás de pesquisas para suas 197 distintas empresas.

Para se ter uma idéia da participação do capital estrangeiro no subsolo do País, basta verificar que a área por eles controlada é superior à área terrestre total dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, reunidos.

Na região Norte, os grupos estrangeiros detêm 34% do total da área bloqueada de Rondônia, 43%

Comemoração com o Hino Nacional

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Foi ao som do Hino Nacional, cantado no microfone do plenário pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que mais da metade dos constituintes comemorou a nacionalização da exploração de minérios no País.

Minutos antes, a proposta era defendida pelo deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que, num discurso emocionado, lembrou aos constituintes que os recursos minerais não eram renováveis e que somente uma política estratégica em cada país poderia garantir a existência dos minérios essenciais à sobrevivência humana após o ano 2050.

Ele refutou a idéia de que o País

têm, a partir da entrada em vigor da nova Carta, o prazo de cinco anos para transferir o controle do capital votante para pessoas domiciliadas no País. Entretanto, não há ainda acordo fechado que garanta maioria para aprovação dessa emenda.

O artigo 52 das disposições transitórias, pelo projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, prevê que ficam sem efeito as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra que na data da promulgação da Constituição estejam inat-

precisa da tecnologia estrangeira nas pesquisas minerais, afirmando que nas áreas onde atua é pouco o capital investido, sendo, portanto, desnecessária a sua permanência.

O deputado, que é geólogo, explicou que não existem duas minas iguais e que a pesquisa que se faz para tirar o potencial mineral e transformá-lo em recurso real, é específica, isto é, única de uma mina para outra. "A tecnologia surge da pesquisa, e é isso que precisamos fazer, e não entregar a riqueza de nosso subsolo".

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que se manifestou contra a proposta, preferiu valer-se de argumentos políticos e financeiros. Disse que a nacionalização da mineração não foi pedida pelas esta-

cionais ou por seus empregados. A sua defesa era feita pelos partidos minoritários que têm esse objetivo em seus programas. "A Constituição não pode ser programa de partido político", disse Dornelles. "Antes de tentarem impor a nacionalização no setor, esses partidos precisariam ganhar eleições e se tornarem representativos", afirmou.

"Agora", disse Dornelles, "a nacionalização geraria gastos, devido a possíveis indenizações a serem pagas às empresas que atuam no setor. A decisão também viria prejudicar as negociações da dívida externa, no momento em que o País tenta consolidar sua posição, aumentando suas reservas cambiais e abrindo caminho para o fluxo do capital estrangeiro."

capítulo a apreciação dessa fusão de emendas em plenário, mas ele não garantia o compromisso de voto favorável dos grupos que firmaram o acordo.

Esse acordo previa a aprovação de uma fusão que nacionalizava a exploração mineral somente em áreas de fronteira, terras indígenas ou recursos minerais considerados estratégicos, na forma da lei. Houve, nesse caso, concessão de ambas as partes negociadoras.

O texto do "Centrão" considerava privativo de

empresa de capital nacional só a exploração em terras indígenas e áreas de fronteira. Já o projeto da Comissão de Sistematiza-

ção — defendido pelos partidos de esquerda e pela liderança do PMDB — nacionalizava toda a exploração mineral.

O acordo foi um meio termo encontrado pelas lideranças que firmaram o compromisso segundo o qual a sua aprovação não invalidaria a apresentação do destaque do senador Lacerda.

"CENTRÃO" NÃO GOSTOU
Mesmo tendo celebrado o acordo, negociadores do "Centrão" não gostaram do resultado. Para o deputado Guilherme Affif Domingos, a mineração exige o capital que o empresário brasileiro não tem. Segundo ele, o maior número de concessões é dado para empresas nacionais, enquanto os maiores investimentos são feitos por empresas estrangeiras.

Na opinião do senador Jarbas Passarinho, "foi a vitória da xenofobia". Para ele, a reserva assegurada às empresas nacionais já era suficiente.

Planalto preocupa-se com mandato de Sarney

por Mariângela Hamu de Brasília

Cresceu muito, na última hora, a preocupação da assessoria política do governo com o mandato do presidente José Sarney, cuja duração será fixada pela Assembleia Nacional Constituinte dentro de um mês. O Palácio do Planalto deu os primeiros sinais de inquietação há três dias, quando o grupo afinado com suas idéias — o "Centrão" — foi derrotado por uma união entre as esquerdas, a liderança do PMDB e representantes de empresários e empreiteiras, informou a este jornal uma fonte ligada ao presidente da República.

Ontem, com a nacionalização da exploração das jazidas minerais em todo o território brasileiro, contrariando seus interesses, o Palácio do Planalto retomou os mapas — estado por estado — onde estão relacionados os nomes dos constituintes que assinaram compromisso de apoio ao presidente José Sarney em votações anteriores, como a que aprovou um mandato de cinco anos para seus sucessores e o sistema presidencialista de governo.

O primeiro alerta chegou no início da semana, quando fracassou a tentativa do "Centrão" de incluir na futura Constituição sua proposta sobre a ordem econômica e financeira do País — o que obrigou o grupo a negociar uma fórmula intermediária que também atendesse às esquerdas, ao PMDB e às empreiteiras. O Planalto acreditava possível, então, 320 votos assegurados e ainda não sentia possibilidade de perdê-los.

"Tentam levar o País para o isolamento"

O deputado José Lins (PFL-CE), um dos principais líderes do "Centrão" dentro da Assembleia Nacional Constituinte, distribuiu ontem uma nota onde se queixa do texto aprovado pelo plenário para o capítulo da Ordem Econômica. Esse resultado final ficou "muito distante da orientação ideológica" do grupo, mas, mesmo achando que estão "tentando levar o País para o isolamento do mundo que hoje tenta mais do que nunca se integrar mais ainda", José Lins acompanhou a orientação do "Centrão" e votou a favor do texto finalmente aprovado ontem.

"A cada dia o País perde terreno na captação de recursos para a sua poupança interna, mecanismos necessários para tocar o seu desenvolvimento onde até os países ricos, a exemplo dos Estados Unidos, procuram captar cada vez mais esses recursos", afirma a nota.

"Também é uma violência tentar impedir a cooperação externa na exploração mineral, pois nós não somos dependentes da modernização tecnológica, como também de recursos bastante escassos no País — necessários à exploração de nossas lavras", continua.

"Além disso, nós enfrentamos muitas dificuldades para furar o bloqueio do mercado internacional, que é bastante fechado e com uma concorrência imensa. Por isso, não concordo com o isolamento em que querem colocar o país, como se ele sozinho pudesse sobreviver no mundo".
A nota calcula que "para acompanhar o desenvolvimento, precisaríamos reinvestir entre 25 e 30% do nosso Produto Interno Bruto (PIB), a cada ano, e nós, por falta de recursos, não

estamos reinvestindo nem 16%".

E prossegue: "Em anos melhores, o capital externo foi bastante substancial para o País. Porém, a sua captação foi feita de maneira errada, através de empréstimos que só vieram avolumar mais ainda a nossa tão pesada dívida externa, ao invés de investimentos diretos como precisamos".

O comportamento do "Centrão" no plenário da Assembleia Nacional Constituinte está preocupando também o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um de seus principais líderes. Segundo ele, em nota divulgada ontem, a derrota que o grupo sofreu com a aprovação da emenda do deputado Paulo Marcarini (PMDB-SC), na quarta-feira passada, mostrou que os moderados estão desarticulados em plenário.

José Geraldo acha que o grupo precisa ficar mais atento para evitar novas derrotas, pois, apesar da aprovação do texto do acordo, existem emendas isoladas "que precisam ser derrotadas", adiantando que entrará logo em contato com o PMDB para tentar seu apoio "para corrigir essas distorções no segundo turno".

O deputado José Geraldo acha que o grupo, mesmo assim, saiu-se bem com o acordo, pois "conseguimos uma solução em que prevaleceu a idéia de empresa brasileira de capital nacional, retiramos a condição de controle exclusivo e incondicional e avançamos no artigo que trata da exploração mineral". Para ele, o "Centrão" tem que tomar cuidado com as emendas isoladas, onde "certamente eles tentarão nos derrotar".

Grupos Econômicos	País	Nº de Emp.	Número de Áreas					Número de km²				
			Ped. Pesq.	Alv. Pesq.	Dec. Lavra	Total	% do Total	Ped. Pesq.	Alv. Pesq.	Dec. Lavra	Total	% do Total
BP/Brascan e Associados	BR	112	1.774	2.851	17	4.642	36,6	95.829	96.519	510	192.958	48,0
Anglo-American/S. Simonsen	AS	154	590	893	44	1.527	12,0	18.208	32.654	205	51.067	12,7
Arbed/Broken Hill	BR	23	904	703	19	1.626	12,9	13.400	16.499	53	29.952	7,4
Samuel Hill/Treasury Valley/Donsom Inv	BR	20	193	228	1	422	3,3	10.950	14.770	—	25.720	6,4
BGCW (SERGM)	FR	2	36	104	1	140	1,1	3.134	6.665	—	11.799	2,9
Rhone Poulenc S.A.	FR	2	39	76	4	119	0,9	3.885	6.989	361	11.235	2,8
INCO	CA	15	251	350	1	602	4,8	6.362	4.450	—	10.812	2,7
Royal Dutch/Shell (Billiton)	BR	19	56	241	—	297	2,3	3.884	6.070	—	9.954	2,5
South American Placers	PA	2	14	61	—	75	0,6	1.400	5.838	—	7.238	1,8
Western Mining Corp.	AU	5	375	193	—	568	4,5	4.610	1.878	—	6.488	1,6
Reynolds	US	3	39	21	—	60	0,5	3.563	1.959	—	5.522	1,4
Rio Tinto Zinc	RU	15	8	94	—	102	0,8	318	3.988	—	4.306	1,1
Fior Corp. (ST. Joe Min)	US	14	97	49	9	155	1,2	2.456	858	114	3.428	0,9
Union Oil/Moreira Sales	BR	5	127	141	6	274	2,2	1.254	1.380	32	2.666	0,7
Gencor-Gen. Mining Union Corp	AS	6	253	9	1	263	2,1	2.523	78	8	2.609	0,7
Molex + Petroleum Resources	BR	1	14	2	—	16	0,1	1.400	200	—	1.600	0,4
Daltec International	RU	2	17	4	—	21	0,1	1.228	271	—	1.499	0,4
Bunge y Born	AR	4	29	66	38	123	0,9	330	684	163	1.177	0,3
Forfyne York & Littlefield	US	2	1	16	1	18	0,1	100	926	—	226	0,3
Heldrefbank Financiera Glaris	SU	8	16	76	12	104	0,8	248	344	18	710	0,2
Subtotal		317	4.833	6.178	142	11.154	87,8	175.182	205.070	1.464	381.716	95,2
Difuntos Grupos Estrangeiros		156	320	720	295	1.535	12,1	6.225	11.554	2.262	20.041	4,8
Total		473	5.353	6.898	438	12.689	100	181.407	216.624	3.726	401.757	100,0

Fonte: "Quem é quem no Sub-solo Brasileiro", MCT-CNPq

Empresários gostaram da proteção

por David Friedlander de São Paulo

O conceito de empresa nacional aprovado na quarta-feira pela Assembleia Nacional Constituinte agradou empresários consultados ontem por este jornal. O presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Lucio Assumpção, considerou "razoavelmente bom" o texto aprovado pelos constituintes para a definição de empresa nacional. Sua única ressalva se refere à possibilidade de reserva de mercado para atividades tecnológicas, como no caso da informática.

"Nós sempre nos colocamos contra essa idéia como princípio constitucional, embora possa ser útil momentaneamente", disse Assumpção à repórter Maria da Graça Mascarenhas, em Belo Horizonte. "Mas nesse caso deveria constar de uma lei ordinária e não do texto da Constituição".
A mesma preocupação é compartilhada por Antonio Cesar Bonamico, presidente da Brastemp S.A. Ele manifestou à repórter Fátima Fernandes, em São Paulo, o receio de que o conceito de reserva de

mercado para a área de informática se estenda a outros segmentos da indústria.

Bonamico entende que, caso essa tendência realmente fique confirmada, poderá haver inibição na entrada de capital estrangeiro no País. Embora reconheça que as indústrias nacionais necessitam de um certo grau de segurança, ele ressaltou que "é preciso ter cuidado para não criar condições que inibam o ingresso de recursos externos".
Manifestando-se satisfeito com o conceito aprovado para definição de empresa nacional, o presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Zampogna, entende que o texto aprovado pelos constituintes tanto poderia "ter ficado pior, como melhor", caso não houvesse sido feito o acordo entre os parlamentares. Ele acha que "o que não ficou bem decidido agora poderá ser corrigido através da lei ordinária".
Na opinião de Zampogna, a maior preocupação do empresariado se refere a eventuais prejuízos que possam vir a sofrer em função das decisões da Consti-



Antônio César Bonamico

tuinte sobre as relações de trabalho. Em entrevista ao repórter Flávio Porcello, em Porto Alegre, o empresário disse ainda "que a empresa nacional precisa ser protegida, mas com equilíbrio para não afugentar o capital estrangeiro. Precisamos de novos recursos", afirmou.

INCENTIVOS

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais e Exportadoras (Abcece), Paulo Prátlis, por sua vez, entende

que o conceito aprovado para empresa nacional foi bem definido, porque possibilitará a reserva de benefícios financeiros da parte do governo às empresas nacionais. "O melhor incentivo às empresas estrangeiras é o próprio mercado interno do País", disse ele ao repórter David Friedlander, em São Paulo.

"Tem que haver diferenciação de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras", opinou Prátlis. "As empresas nacionais precisam de incentivos fiscais e recursos financeiros concedidos pelo governo, mas não se pode, por outro lado, tomar atitudes que afugentem o capital estrangeiro daqui".
E por isso que o presidente da Abcece não concorda com o perfil que o Título VII da nova Constituição, que trata da Ordem Econômica e Financeira, está tomando dentro da Assembleia Nacional Constituinte.

Demasiado nacionalistas, de acordo com ele, as modificações que os constituintes estão aprovando vão acabar isolando o Brasil do resto do mundo.